TERMO DE CONTRATO Nº 090/2026
EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRARIVO Nº 001.0000771/2026.

TERMO DE CONTRATO Nº 090/2026 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DEJUREMA E A EMPRESA **ELDER DA ROCHA SOUZA LTDA**,PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES BAIXA GRANDE, LAGOA DO MEIO, BOA SORTE, LAGOA DOS CRENTES E BOCA DA SERRA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JUREMA - PI, CONFORME CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026.

O MUNICÍPIO DE JUREMA/PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Dionisio Pereira da Silva, s/n - Centro, JUREMA-PI, Através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, neste ato representada pela senhora **LUCIENE DA SILVA SANTOS**, brasileira, maior, portadora do RG-CPF: xxx.203.913-xx, no exercício do cargo de Secretária Municipal, residente e domiciliado no município de Jurema - PI, localizável na sede da prefeitura municipal no endereço acima indicado, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **ELDER DA ROCHA SOUZA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 3 8 . 3 0 2 . 3 6 9 / 0 0 0 1 - 2 1 , sediada na Povoado Maristela, s*In* - Zona Rural - CEP 64782-000, na cidade de Jurema – PI, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr **ELDER DA ROCHA SOUZA**, brasileiro, maior, empresário, portador do RG/CPF: n° 001.xxx.xxx-46, residente e domiciliado na cidade de Jurema - PI, no ACESSO LOCALIDADE MARISTELA, nº S/N, SALA 001, ZONA RURAL, CEP: 64782-000, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Dados: 2026.06.17 16:57:37 -03'00'

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES BAIXA GRANDE, LAGOA DO MEIO, BOA SORTE, LAGOA DOS CRENTES E BOCA DA SERRA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JUREMA – PI, de acordo com a proposta de preços apresentada e os detalhamentos do Projeto Básico.

1.2. A obra deverá seguir as normas do Memorial Descritivo em anexo.

1.3. Faz parte integrante da obra, os materiais a serem utilizados, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e transporte necessários e demais serviços especificados no memorial e projeto, bem como a sinalização e limpeza, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentesde trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus adicionais ou solidariedade por parte do Município de JUREMA.

1.4. A Administração reserva-se o direito de não executar a totalidade licitada, devendo, neste caso, comunicar o licitante vencedor durante a execução do contrato com antecedência de 15 (quinze) dias,cabendo-lhe receber o

LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=SEM BANCO, OU=presencial, CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Razão: Eu sou o autor desse documento
Localização:
Data: 2026-06-17 15:17:20

que foi executado até a data da rescisão, sem qualquer outro tipo de indenização.

1.5. A obra deverá ser executada por pessoa jurídica regularmente constituída, observado o que dispõe este Edital e seus anexos, ficando o executor responsável contra defeitos surgidos no períodode 05 (cinco) anos, contados da conclusão da obra, por emprego de materiais e serviços de baixa qualidade, vedada a sublocação e subempreitada de qualquer etapa da obra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA EXECUÇÃO.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **01 (um) ano**, com início na data de **17 de junho de 2026** e encerramento em **17 de junho de 2027**, com prazo de **execuação 08 (oito) meses** de acordo com os prazos constantes no Cronograma Físico Finaceiro.

2.1.1. Os prazos poderão ser prorrogados ou aditivados de acordo com os Art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. Pela contratação dos serviços, objeto do presente contrato, o MUNICÍPIO pagará àCONTRATADA em moeda corrente nacional, o valor de **R$ 4.649.376,21 (quatro milhões e seiscentos e quarenta e nove mil e trezentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos),** em conformidade a proposta de preços apresentada.

3.2. No preço proposto estão incluídas as despesas com impostos, salários e encargos sociaisdecorrentes da execução da obra.

3.3. Quando necessária a execução de trabalhos não previstos neste contrato, o preço dos mesmosdeverá ser ajustado previamente pelas partes.

3.4. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data limite de apresentação das propostas, de comprovada repercussão nos preços ajustados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

3.5. Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos da CONTRATADA, o MUNICÍPIO deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, do **Convênio Nº 955478/2023 - MINISTÉRIO DAS CIDADES e outros recursos consigandos no Orçamento Municipal vigente**, naclassificação abaixo:

UNID ORÇAM	PROJ ATIV	ELEM DESP	FTE REC
13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	18.544.0009.1044.0000 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'AGUA	44.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	700

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Dados: 2026.06.17 16:57:51 -03'00'

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E REAJUSTE.

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após medição realizada pelo Fiscal do Contrato, mediante apresentação de:

5.1.1. nota fiscal/fatura discriminativa dos serviços realizados, assinado pelo responsável técnico da empresa, pelo representante legal da empresa e pelo Fiscal do Contrato, responsável pelafiscalização da obra, conforme execução do cronograma físico-financeiro;

LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Razão: Eu sou o autor desse documento
Localização:
Data: 2026-06-17 15:17:41

5.1.1.01. informar no corpo da nota, o seguinte texto: "CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 004/2026, Contrato nº 090/2026".

5.1.2. apresentar diário de obra, assinado pelo responsável técnico.

5.1.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, da Certidões de Débitos Negativos na esfera federal, estadual, municipal, FGTS e débitos trabalhistas, com validade.

5.1.3.01. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.1.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancáriapara pagamento.

5.1.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítioseletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.1.6. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada suanotificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.1.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto noart. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.1.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.1.10.01. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.2. Cabe ao licitante vencedor a matrícula da mesma junto ao INSS, cujo comprovante deverá ser apresentado por ocasião do pagamento da 1ª (primeira) parcela, devendo a esta ser juntado a ART/RRT de execução da obra, devidamente quitada.

5.2.1. Caso a licitante vencedor for cooperativa caberá ao Município a abertura da matrícula juntoao INSS e o recolhimento da contribuição previdenciária de acordo com a legislação vigente.

5.3. É vedado qualquer tipo de reajustamento, pois trata-se de contrato com prazo inferior a 12 (doze)meses.

5.3.1. Caso o contrato venha a ser prorrogado e ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, por motivosjustificáveis, caberá reajuste dos valores que a contratada tenha a receber. O reajuste se dará pelo Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado – INCC-M, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, tendo como referência o mês anterior da renovação. Caso o referido índice seja negativo o mesmo não será aplicado.

LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313 Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313 CN=ENBL, C=ICP-Brasil, OU=07888832000124, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=[EM BRANCO], OU=presencial, CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313 Razão: Eu sou o autor desse documento Localização: Data: 2026-06-17 15:18:09

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346 Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346 Dados: 2026.06.17 16:58:05 -03'00'

CLAÚSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO.

6.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.1.1. A Gestão do Contrato será feita pela Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sra. **LUCIENE DA SILVA SANTOS**, e o Fiscal do Contrato será o servidor Sr. **ARILSON APARECIDO ROMÃO**, conforme Portaria n° 014/2025 de 06 de janeiro de 2025.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicasou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

6.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadascom a execução do contrato, indicando dia, mês e ano,bem como o nome dos funcionárioseventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitosobservados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle internoda Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidosprovisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fontediferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta,assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execuçãodo objeto e, ainda:

7.3.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e localconstantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

7.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

7.3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Dados: 2026.06.17 16:58:20 -03'00'

LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
PDF
Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=07848863000124, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=SEM BRANCO, OU=presencial, CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Motivo: Sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026-06-17 15:18:26

contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execuçãoou de materiais nela empregados;

7.3.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a datada entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.3.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses,em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

7.4. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

8.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

8.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

8.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamentejustificado;

8.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

8.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivojustificado;

8.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

8.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

8.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitensanteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, noprazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior,no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

8.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de JUREMA, as sanções administrativas previstas no ITEM 8.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

8.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

8.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTESPRÁTICAS:

8.6.1.01. PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitaçãoou na execução do contrato;

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Dados: 2026.06.17 16:58:34 -03'00'

LUCIENE DA SILVA SANTOS: 02920391313
Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Razão: Eu sou o autor desse documento
Localização:
Data: 2026-06-17 15:20:22

8.6.1.02. PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

8.6.1.03. PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

8.6.1.04. PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

8.6.1.05. PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO.

9.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

9.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

9.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA – VEDAÇÕES.

10.1. É VEDADO À CONTRATADA:

10.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

10.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346

Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Dados: 2026.06.17 16:58:47 -03'00'

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES.

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

LUCIENE DA SILVA SANTOS: 02920391313

Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS: 02920391313
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=07888863000124, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS: 02920391313
Razão: Eu sou o autor desse documento
Localização:
Data: 2026-06-17 15:20:39

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS.

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as

normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa oficial do Município, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO.

14.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Caracol, Estado do Piauí, ao qual o Munivípio de Jurema – PI está jurisdicionado, para dirimir os litígios que decorrerem daexecução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

JUREMA, PI, 17 de junho de 2026.

LUCIENE DA SILVA SANTOS: 02920391313

Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS: 02920391313
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=07868863000124, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS: 02920391313
Razão: Eu sou o autor desse documento
Localização:
Data: 2026-06-17 15:20:55

LUCIANA DA SILVA SANTOS
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças
Pela Contratante

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346

Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Dados: 2026.06.17 16:59:03 -03'00'

ELDER DA ROCHA SOUZA
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF:

ORDEM DE SERVIÇO/2026 – JUREMA, PI, 17 de junho de 2026.
REF. CONTRATO EXEC. SERVIÇOS Nº 090/2025

À EMPRESA:
ELDER DA ROCHA SOUZA LTDA
CNPJ/MF sob o nº 38.302.369/0001-21
END.: Povoado Maristela, s/*n* - Zona Rural
CEP: 64782-000 Jurema – PI

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES BAIXA GRANDE, LAGOA DO MEIO, BOA SORTE, LAGOA DOS CRENTES E BOCA DA SERRA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JUREMA – PI, de acordo com o Projeto Básico e conforme especificações da Proposta apresentada.

Ref.: Processo de Licitação – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026.

Prezado Senhor,

Levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria, que conforme adjudicação e Homologação por parte do Exma. Sra. Prefeita Municipal, o resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA em epígrafe, e pela presente ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - OES, venho **autorizar** a esta empresa o início da EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES BAIXA GRANDE, LAGOA DO MEIO, BOA SORTE, LAGOA DOS CRENTES E BOCA DA SERRA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JUREMA – PI, Convênio Nº 955478/2023 - MINISTÉRIO DAS CIDADES/PMJ, com vigência contratual de 01 (um) ano, e prazo de execução dos serviços de 08 (oito) meses, prorrogáveis na forma do art. 107, da lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, de acordo com a proposta apresentada e o estabelecido no contrato de execução dos serviços que é parte integrante deste processo.

LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Assinado digitalmente por LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=07868863000124, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=LUCIENE DA SILVA SANTOS:02920391313
Razão: Eu sou o autor desse documento
Localização:
Data: 2026-06-17 15:21:15

LUCIENE DA SILVA SANTOS
Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças
Pela Contratante

CIENTE EM: _____/_____/2026.

ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Assinado de forma digital por ELDER DA ROCHA SOUZA:00125363346
Dados: 2026.06.17 16:59:20 -03'00'

Assinatura do Representante Legal